



L U L A P R E S I D E N T E

P R O G R A M A D E G O V E R N O

2 0 0 7 / 2 0 1 0

“

O nome do meu
segundo mandato
será desenvolvimento.

Desenvolvimento
com distribuição
de renda e educação
de qualidade.

”



Em outubro de 2002 o povo brasileiro elegeu Lula para presidir um país corroído por profundas contradições econômicas, sociais e políticas que deixaram um legado de desigualdade, autoritarismo e dependência externa. Lula passou a governar uma das nações mais desiguais do mundo, cuja tragédia social se expressava nas dezenas de milhões de homens, mulheres e crianças vivendo abaixo da linha de pobreza, submetidos a todas as formas de insegurança e violência.

O Governo Lula recebeu uma dupla herança negativa. Conjunturalmente, em 2002, o país sofria os efeitos das políticas implementadas pela coligação PSDB-PFL, que frearam o crescimento, concentraram renda e riqueza, debilitaram o Estado, generalizaram a corrupção, afetaram o equilíbrio regional, fragilizaram a segurança energética, comprometeram a soberania nacional e deixaram o país à beira de uma nova crise macroeconômica.

Estruturalmente, o país vivia as consequências de décadas de um crescimento concentrador de renda e de poder, constantemente mergulhado em crises inflacionárias ou de endividamento, incapaz de criar bases sólidas para financiar um desenvolvimento duradouro, que combinasse crescimento, democracia e bem-estar social.

Frente a essa realidade, o Governo Lula apontou o caminho da mudança. Depois

de quase três décadas perdidas, o Brasil ingressou em uma etapa de desenvolvimento sustentável. As mudanças são visíveis, como atestam principalmente a expansão do emprego e da renda de milhões de brasileiros.

Caberá ao segundo mandato avançar mais aceleradamente no rumo desse novo ciclo de desenvolvimento. Um desenvolvimento de longa duração, com redução das desigualdades sociais e regionais, respeito ao meio ambiente e à nossa diversidade cultural, emprego e bem-estar social, controle da inflação, ênfase na educação, democracia e garantia dos Direitos Humanos, presença soberana no mundo e forte integração continental.

Esse é o compromisso que assumem o Partido dos Trabalhadores, o Partido Comunista do Brasil, o Partido Republicano Brasileiro, compromisso compartilhado com todas as forças políticas e sociais que apóiam a reeleição de Lula e José Alencar para Presidente e Vice-Presidente do Brasil, como o Partido Socialista Brasileiro e a maioria do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Este Programa resume as grandes orientações para o Governo 2007-2010 e será detalhado em Programas Setoriais. Ele representa o compromisso de todos os partidos e movimentos sociais mobilizados para a reeleição de Lula com o conjunto da sociedade. É também uma aposta no futuro do país,

respaldada pela força e pela participação do povo brasileiro. Para tanto, apontará para um conjunto de ações, que traduzirão concretamente nossa disposição de avançar no caminho das mudanças exigidas pelo povo brasileiro.

Apesar dos grandes avanços logrados no primeiro mandato deste Governo, há um longo caminho a percorrer para enfrentar com êxito a aflitiva situação em que vivem ainda milhões de brasileiros. A reeleição de Lula é a garantia de que não haverá retrocesso, de que a transição para um novo Brasil não terá seu curso interrompido. É certeza também de que as mudanças se farão com o fortalecimento da democracia e a renovação de nossa cultura política.



O ENFRENTAMENTO DO ATRASO

Contrariamente ao que propala hoje a oposição conservadora, o Brasil de 2003 não estava pronto para ingressar imediatamente em um período de crescimento acelerado. Para que isso ocorresse, foi necessário o advento de um governo comprometido com outro modelo de desenvolvimento, opção que só foi feita quando mais de 52 milhões de brasileiros decidiram pela mudança, votando em Lula.

O Governo Lula viu-se desde o início diante de um duplo desafio. Por um lado, evitar a catástrofe que ameaçava a economia,

propalada e estimulada por personagens do governo anterior, incapaz de dar respostas nacionais à crescente vulnerabilidade externa da economia.

Por outro lado, conduzir uma transição de modelo, realizando transformações econômicas, políticas e sociais sintonizadas com a nova maioria que se constituíra no país.

O Governo Lula enfrentou exitosamente os dois desafios. A catástrofe anunciada pela direita foi evitada. Nestes últimos três anos e meio o Brasil iniciou um processo de desenvolvimento com inclusão social, controle da inflação, redução da vulnerabilidade externa, fortalecimento da democracia e participação popular. Os êxitos obtidos nesta transição nos permitirão novos avanços no caminho do desenvolvimento. Há hoje uma combinação única de fatores que dará ao segundo mandato uma qualidade historicamente inédita: crescimento sustentável, estabilidade monetária e responsabilidade fiscal, redução da vulnerabilidade externa, expansão do investimento, da produção e da produtividade, ampliação do mercado interno e externo, crescimento e formalização do emprego, aumento da massa salarial real e expansão do crédito, redução da fome, da miséria e das desigualdades, por meio da ampliação dos programas sociais.

Estão construídas condições objetivas para um maior crescimento com juros mais

baixos, aumento dos investimentos e intensificação das políticas sociais, preservado o equilíbrio macroeconômico. O que está em jogo agora é aprofundar esse processo e criar uma nova dinâmica em nossa sociedade. Para tanto, nunca é exagerado reiterar, é fundamental reeleger Lula e com isso impedir que as forças do atraso reconquistem o governo, interrompendo e revertendo as mudanças iniciadas em 2003.

O povo brasileiro está convocado uma vez mais a decidir os rumos da Nação. Em outubro próximo mais de 125 milhões de eleitores decidirão se as mudanças iniciadas em 2003 continuarão e, sobretudo, se ganharão maior intensidade. Para tanto, faz-se necessário também eleger governadores e parlamentares comprometidos com as mudanças.

As eleições de outubro de 2006 serão um confronto entre passado e futuro.

De um lado, o bloco conservador que governou o Brasil na década de noventa e nos primeiros anos deste século. De outro, as forças progressistas comprometidas com um projeto nacional de desenvolvimento popular, democrático e soberano que passaram a governar o Brasil desde janeiro de 2003, com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva na Presidência da República. Assim, as eleições de 2006 – mais do que quaisquer outras no passado – estarão marcadas por um enfrentamento político-ideológico que opõe um

bloco social comprometido com profundas mudanças na sociedade brasileira àqueles que sempre utilizaram o poder do Estado em benefício dos interesses de uma minoria.

Como sempre ocorreu em nossa história, grupos que há séculos dominam este país – e controlaram até bem pouco tempo o Governo central – desencadearam ofensiva sem precedentes para preservar privilégios e voltar às posições perdidas.

Carente de coragem para expor seu verdadeiro programa, a oposição neo-liberal tenta construir um programa com ênfase na “ética”, no “crescimento” ou no “choque de gestão”.

Falta-lhe, no entanto, autoridade moral e credibilidade política para dar consistência a esse discurso.

Como podem falar em “ética” os autores da privataria que entregou grande parte das empresas estatais em processos marcados por graves denúncias de irregularidades?

Que autoridade têm aqueles que engavetaram denúncias na Justiça ou deixaram de investigá-las nas dezenas de CPIs abafadas na Câmara, Senado e Assembléia Legislativa de São Paulo?

Que credibilidade têm para falar em “crescimento” os que mergulharam o país na estagnação, submeteram-se aos interes-



ses do capital financeiro e foram incapazes de propor um modelo de crescimento com inclusão social?

Que “choque de gestão” é esse, finalmente, que deixou sucateou o Estado brasileiro e que semeou o caos no sistema de segurança pública em São Paulo nos últimos meses?

★
8

Na verdade essa oposição busca ocultar seu projeto conservador, mas não consegue encobrir seus preconceitos. Qualificam de “populistas” ou “assistencialistas” às políticas de cunho universal do atual Governo. Não reconhecem esses direitos, que têm melhorado as condições de vida de dezenas de milhões de brasileiras e brasileiros, permitindo-lhes mandarem seus filhos à escola, beneficiarem-se de cuidados mínimos da saúde e inclusive acederem ao mercado de consumo. A direita vê esses investimentos sociais, assim como os aumentos do salário mínimo acima da inflação, como “ameaças ao equilíbrio fiscal”, tese que foi desmentida pela realidade nos últimos três anos.

O projeto real da oposição é o de voltar à era FHC: redução dos investimentos sociais, retomada das privatizações, retrocesso democrático e submissão no plano internacional. Os anunciados “cortes do gasto público” visam, em verdade, cortes nas políticas sociais.

O Governo Lula iniciou a reconstrução

da capacidade de gestão, indução e coordenação do Estado. A oposição quer a ineficiência do “Estado mínimo”.

Sob o pretexto de manter a segurança pública – que não conseguiram fazer nos estados que governam - os conservadores violam os direitos humanos, atacam os movimentos sociais e querem reduzir a participação da cidadania na definição de novos rumos para o país.

Servis no plano internacional, criticam as políticas de integração continental e de aproximação com países em desenvolvimento ao sul do planeta (relações Sul-Sul), necessárias para enfrentar a globalização injusta e desigual que o mundo vive.

A CONSTRUÇÃO DO FUTURO

Pela obra realizada entre 2003 e 2006 o Governo Lula mostrou seu compromisso com um projeto nacional de desenvolvimento, que ponha fim à exclusão e à pobreza, amplie a democracia com reformas institucionais e a universalização da cidadania e garanta ao Brasil um lugar soberano e solidário no mundo.

As políticas aplicadas a partir de 2003 pelo Governo Lula não só evitaram a catástrofe econômica, como lançaram os alicerces de um desenvolvimento sustentável que, no médio prazo, permitirá ao Brasil ingressar em um ciclo virtuoso capaz de combinar

crescimento econômico, bem-estar social, democratização política, soberania nacional e integração continental. Para atingir esse objetivo estratégico o presidente Lula renova seus compromissos com o povo brasileiro, apresentando seu Programa de Governo estruturado em torno de seis eixos.

Esses compromissos são também da coalizão de partidos, movimentos sociais e de amplos segmentos da cidadania que se uniram para avançar nas mudanças no segundo mandato de Lula. A tarefa hoje é eleger Lula. Amanhã será dar continuidade às mudanças, governando por mais quatro anos o Brasil.

COMPROMISSOS COM O POVO BRASILEIRO PARA CONTINUAR MUDANDO

Combate à exclusão social, à pobreza e à desigualdade

O segundo Governo Lula continuará avançando na erradicação da fome, manterá e ampliará as exitosas políticas sociais até agora implementadas no Programa Fome Zero, especialmente na Bolsa Família.

Dará maior profundidade ao combate à concentração regional e social de renda e riqueza.

Ampliará as oportunidades de emprego, trabalho e renda, especialmente por meio de medidas que impulsionem os investi-

mentos públicos e privados mais intensivos em mão de obra, com ênfase nas micro e pequenas empresas.

Prosseguirá fortalecendo a prática de gestão compartilhada entre as três esferas do Governo, investindo nos serviços de qualidade à população.

Avançará na consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), centrando esforços na universalização dos serviços e melhoria do atendimento ao cidadão.

Aprofundará o processo de reforma urbana, dando continuidade aos investimentos que garantam acesso à moradia digna e a serviços urbanos essenciais, em especial de saneamento e transporte público.

Prosseguirá em sua determinação de garantir luz para todos.

Dará continuidade às medidas para a constituição de uma economia solidária, estimulando o cooperativismo, as iniciativas autônomas de desenvolvimento local, a auto-gestão, o micro crédito e ampliando a participação dos trabalhadores na economia.

O Governo Lula, reconhecendo os jovens como sujeitos de direitos, garantirá a continuidade de políticas que lhes têm permitido o acesso ao ensino de qualidade em todos os níveis, à cultura, ao esporte, ao lazer e a empregos dignos.

As políticas e mecanismos que constroem a igualdade das mulheres serão fortalecidas, com o enfrentamento da violência e estímulo à participação na vida pública.

Continuarão a ser implementadas me-



didadas que garantam e ampliem mecanismos de combate ao racismo e à homofobia, proteção dos idosos e da superação da discriminação a pessoas com deficiência, dedicando-se ênfase especial aos direitos das crianças e dos adolescentes. Essa dimensão da inclusão social é fundamental para uma maior abrangência da política de Direitos Humanos do Governo.

Para mudar as condições de vida dos cidadãos é necessário mudar o país, democratizando o acesso às riquezas, fortalecendo a participação popular e criando oportunidades para todos os brasileiros e brasileiras, garantindo-lhe acesso a direitos consagrados e novos direitos que se coloquem na agenda pública.



10

Aprofundamento do novo modelo de desenvolvimento: crescimento com distribuição de renda e sustentabilidade ambiental.

A luta pela inclusão social e o combate à pobreza exigem um crescimento mais acelerado da economia – bem acima dos níveis atuais – com preços estabilizados, equilíbrio fiscal e redução da vulnerabilidade externa.

A continuidade da redução das taxas reais de juros ajudará a diminuir mais ainda a dívida pública, ampliará o crédito às empresas produtivas e aos trabalhadores.

Nosso Governo continuará em sua tarefa de constituir um grande mercado de bens de consumo de massas, o que vincu-

la de maneira indissociável crescimento com distribuição de renda. Esse propósito requer prioritária diretriz governamental voltada para a elevação substancial dos investimentos, especialmente públicos e nacionais, bem como privados e estrangeiros. Pressupõe ainda o fortalecimento da iniciativa do Estado, das empresas estatais e do sistema financeiro público, por sua capacidade indutora do desenvolvimento.

Terão continuidade ações de regulação que garantam as condições para o investimento privado necessário ao desenvolvimento do país, além de novas alterações na legislação que favoreçam o ambiente para investimento.

Prosseguirão e ganharão mais intensidade as iniciativas governamentais para desenvolver regiões do país historicamente postergadas, bem como para reforçar o dinamismo do desenvolvimento territorialmente planejado.

Políticas industriais, de inovação tecnológica e de estímulo às exportações, de incentivo às micro e pequenas empresas, levadas adiante pelo atual Governo, produzirão ganhos de escala, permitirão incremento da produtividade e aumentos do emprego e dos rendimentos das famílias assalariadas.

A ampliação da infra-estrutura energética, apoiada na diversificação da matriz anterior, permitirá que o novo ciclo de desenvolvimento se dê sem os sobressaltos do passado. Terão continuidade os investimentos em infra-estrutura logística,

umentando a qualidade de nossa rede rodoviária, ferroviária, portuária e a aeroportuária.

A sustentabilidade dessas transformações será condicionada pelo prosseguimento das políticas de conservação do meio ambiente. Ações de planejamento e controle ecológico darão também novo alento à investigação científica e terão seus resultados monitorados por indicadores públicos.

Uma política de ciência e tecnologia, necessária para a inovação industrial, agrícola e de serviços, fará com que as universidades e os centros de pesquisa se aproximem mais dos grandes temas do desenvolvimento nacional.

O novo ciclo de desenvolvimento estimulará ainda mais os micro, pequenos e médios empreendedores por meio de medidas jurídicas, técnicas, fiscais e creditícias.

O turismo continuará a ser um dos setores prioritários da agenda do desenvolvimento, por sua alta capacidade de geração de empregos, divisas e de incentivo ao desenvolvimento regional do país.

A pesca é outro setor que ganhará mais importância na política integrada de segurança alimentar, inclusão social e geração de divisas.

Para que o modelo seja sustentável será necessário prosseguir combinando a Reforma Agrária, o apoio à agricultura familiar, o incentivo ao agro-negócio e o equacionamento de seus problemas estruturais de

comercialização.

A expansão sustentada da economia será garantida pela ação combinada de vários bancos, especialmente os públicos, e por medidas adicionais que incentivem o retorno de capitais especulativos para a esfera da produção. O conjunto dessa orientação ajudará na construção de um padrão de financiamento não baseado no endividamento público ou em pesada carga tributária.

**Brasil para todos.
Educação massiva e de qualidade.
Cultura, comunicação,
ciência e tecnologia como
instrumentos de desenvolvimento
e de democracia.**

O país está ingressando em um novo ciclo de desenvolvimento e deve ser capaz, nos próximos anos, de produzir e de se apropriar dos avanços científicos e tecnológicos, bem como da produção cultural em todos os campos como uma das condições da ampliação e do exercício de uma cidadania ativa.

A educação de qualidade e ao alcance de todos deve ser entendida como instrumento de produção, organização e difusão de conhecimento e cultura. Deve contribuir para a formação de gerações de brasileiros capazes de compreender criticamente e dar significação aos valores culturais construídos ao longo da história, em diálogo permanente e afirmativo com as demais culturas do

mundo. O desafio central para universalizar a educação nessas bases será acompanhado por um conjunto de iniciativas que garantam o acesso aos bens culturais e à informação.

O Estado Brasileiro reafirmará seu compromisso com uma política integrada de educação, reconhecendo-a como direito inalienável e inadiável. Isso exigirá expressivos investimentos na ampliação e acesso ao sistema escolar, bem como a democratização da gestão das unidades educacionais. Para alcançar esses objetivos, entre outras ações, é fundamental a aprovação do FUNDEB pelo Congresso Nacional.

Será dada ênfase ao acesso à escola pública democrática e de qualidade; à superação do analfabetismo, à inclusão digital, ao acesso mais amplo à educação profissional, técnica e tecnológica, e a uma universidade reformada, expandida e de qualidade superior.

Por serem pressupostos e também fatores fundamentais para garantir a inclusão econômica, social e política de dezenas de milhões de brasileiras e brasileiros, esse compromisso assumirá o caráter de objetivo estratégico do segundo governo Lula. Trata-se, portanto, de conceber a educação como questão nacional de primeira grandeza e torná-la prioridade do Estado e da sociedade.

Ampliação da democracia

O processo de inclusão social exige a generalização da cidadania, reformas do Estado e do sistema político que garantam não só o atri-

moramento da democracia representativa, como a criação de um espaço público capaz de permitir a geração de novos direitos e a efetiva participação de todos os brasileiros e brasileiras na construção nacional.

O segundo governo Lula aprofundará e expandirá o alcance das políticas voltadas para a afirmação definitiva dos direitos das mulheres na sociedade brasileira.

O respeito aos Direitos Humanos permanecerá como marco do Governo. Prosseguirá a implementação de medidas que garantam e ampliem mecanismos de igualdade de brasileiros e brasileiras, de combate a todas manifestações de discriminação e de proteção da cidadania contra quaisquer formas de violência, provenientes do Estado ou da sociedade.

Com incentivo às populações discriminadas dar-se-á consequência à universalização da cidadania, da igualdade de direitos e respeito às diferenças.

Terá prioridade uma Reforma Política a ser definida por meio de amplo diálogo entre o Congresso Nacional, os partidos e a sociedade brasileira. Ela deverá assegurar a pluralidade de partidos, a fidelidade partidária, o financiamento público de campanhas eleitorais e o voto proporcional, preferencialmente por lista pré-ordenada, além de incentivar a construção de maiorias necessárias à governabilidade. Essa Reforma deverá incluir, ainda, a revisão dos procedimentos de elaboração e fiscalização orçamentária, dentre outras medidas destinadas a fortalecer a representação po-

pular e dar plena legitimidade aos poderes da República.

A Reforma do Estado assegurará mais transparência e um maior controle social, além de propiciar meios mais eficazes para combater a corrupção e o burocratismo. O fortalecimento da Controladoria Geral da União, a adoção de controles externos e públicos dos órgãos federais e estaduais e a modernização da legislação garantirão celeridade e rigor dos processos de julgamento e punição dos corruptos.

O segundo Governo Lula prosseguirá na busca de um maior controle dos cidadãos sobre o Estado, estimulando a participação da sociedade civil na formulação do orçamento (como ocorreu com o Plano Plurianual) e na definição, avaliação e controle das políticas públicas, por meio de conselhos e comitês representativos. Continuarão a ter espaço e importância as conferências nacionais temáticas já realizadas neste Governo, que reuniram mais de dois milhões de pessoas.

Será garantida a democratização dos meios de comunicação, permitindo a todos o mais amplo acesso à informação, que deve ser entendida como um direito cidadão.

Para se atingir esses objetivos será fundamental aprofundar a Reforma do Judiciário, que garante os direitos da cidadania e contribui para a melhoria do ambiente de negócios.

A melhoria da gestão continuará a ser perseguida, focada especialmente na prestação de serviços de qualidade à popula-

ção e na busca, igualmente, da qualidade do gasto público.

O Governo continuará a se relacionar de forma democrática com os poderes Legislativo e Judiciário, com os estados e municípios, com os partidos políticos, com os meios de comunicação, com as igrejas e com os movimentos sociais. O esforço iniciado de reaparelhamento material e valorização pessoal das Forças Armadas permitirá que elas venham melhor cumprir sua missão constitucional.

Garantir a segurança de brasileiros e brasileiras

O próximo Governo avançará e consolidará sua concepção de Segurança Pública Cidadã, articulada pelo Sistema Único de Segurança Pública, tendo como princípios básicos a integração das instituições de segurança pública e a democratização e participação da sociedade e do Estado no combate à violência e ao crime.

A integração permitirá superar a fragmentação, a ineficiência e ineficácia do sistema e de seus organismos, promovendo a articulação efetiva da elaboração e execução das políticas públicas nos níveis federal, estadual e municipal. Buscar-se-á articular iniciativas de repressão e de prevenção, com especial atenção para as ações de inteligência e de informação em todas esferas do sistema.

A democratização e participação da



sociedade e do Estado contribuirá para a formação de uma nova cultura política no trato da questão da violência – a noção de segurança pública cidadã -, orientada para a prevenção e repressão eficiente do crime, em especial do crime organizado, por meio da participação solidária da sociedade e dos aparatos policiais em todos os níveis da Federação, assumindo a segurança como direito fundamental da cidadania na sociedade brasileira.

Inserção soberana no mundo

★
14

O Brasil acentuará sua presença soberana no mundo. Lutará nos fóruns internacionais pelo multilateralismo, contribuindo para a reforma das Nações Unidas e de seu Conselho de Segurança, onde reivindica uma vaga permanente.

Manterá suas iniciativas em favor de ordem econômica, financeira e comercial mais justa que beneficie países pobres, e em desenvolvimento, ao mesmo tempo que reduz as atuais assimetrias mundiais.

O Brasil continuará empenhado em sua luta contra a fome e pela paz. Defenderá um relacionamento entre as nações baseado nos princípios de respeito à soberania nacional, de não agressão e de não ingerência nos assuntos internos de outros estados. Privilegiará o processo de integração sul-americana – o Mercosul e a Comunidade Sul-americana de Nações, em especial – e fortalecerá as relações Sul-Sul, dando ênfase particular às suas relações com os

países do continente africano, ao mesmo tempo em que buscará ampliar seu acesso aos grandes mercados europeu, norte-americano e asiático e manter com os países desenvolvidos um relacionamento positivo e soberano.

Para que tais compromissos se tornem realidade, o novo Governo Lula deverá levar adiante um conjunto de ações, dentre as quais destacamos:

BRASIL PRODUTIVO

Desenvolvimento com distribuição de renda, estabilidade dos preços, redução da vulnerabilidade externa e mais investimentos

- Dar continuidade à recuperação do salário mínimo com aumentos acima da inflação e acentuar o crescimento de empregos formais.
- Prosseguir o processo de redução da relação dívida pública/PIB.
- Aprofundar a redução da taxa de juros, aproximando-a daquela praticada nos países em desenvolvimento.
- Perseguir uma taxa de investimento acima dos 25%, para garantir um crescimento superior ao atual.
- Prosseguir em programas seletivos de desoneração tributária, buscando fortalecer a expansão do sistema produtivo.
- Ampliar a capacidade do sistema financeiro, expandir o crédito, promover o de-

envolvimento e difusão de inovações financeiras e criar Fundos Setoriais de longo prazo, especialmente para financiar infraestrutura e indústrias de longa maturação.

Reforma Agrária e Política Agrícola

- Promover o desenvolvimento da agricultura nacional com ampliação da renda e cidadania no campo, gerando um ambiente de produção e trabalho que garanta ampliação da renda agrícola, oferta adequada de alimentos e geração de divisas, com preservação dos recursos ambientais.
- Ampliar os recursos de crédito rural para o financiamento da produção agropecuária, com custos e prazos adequados à realidade do setor.
- Dar continuidade à universalização do crédito e políticas diferenciadas aos agricultores familiares, em todas as regiões, promovendo a diversificação da produção da agricultura familiar.
- Dar continuidade ao Plano Nacional de Reforma Agrária, mantendo a prioridade de implantar assentamentos com qualidade, recuperar os assentamentos existentes, regularizar o crédito fundiário, tornando a Reforma Agrária ampla, massiva e de qualidade.
- Reconhecer a diversidade do rural brasileiro, nos seus aspectos ambientais, sociais, culturais e econômicos, que demanda políticas específicas para públicos e regiões distintos, incluindo as políticas de gênero e geracional.

Política Industrial

- Dar seguimento à Política Industrial e de Inovação com ênfase para os setores de biotecnologia, energias renováveis, tecnologia da informação (especialmente TV digital e semi-condutores), nanotecnologia, fármacos e medicamentos.
- Construir o Pólo Petroquímico e a Siderúrgica do Rio de Janeiro.
- Garantir o fornecimento do gás que viabilize a construção e a operação da Siderúrgica do Ceará.
- Continuidade no apoio à reconstrução de setores industriais como a indústria naval, especialmente de plataformas e petroleiros.
- Simplificar os mecanismos de acesso a programas de Inovação por meio de incentivos fiscais previstos por lei e pelos Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia. Fortalecer os Centros de Pesquisa e Desenvolvimento para empresas.
- Simplificar a legislação de abertura de empresas e legislação sanitária e ambiental.
- Aprofundar a política nacional para micro, pequena e média empresas, conforme Lei Geral em tramitação no Congresso, que estabelece tratamento diferenciado em matéria de crédito, acesso à tecnologia e mercado e às exportações.

Comércio Exterior

- Fortalecer a política de exportações, com destaque para os produtos com valor agre-

gado. Adotar, em setores específicos, medidas contra a concorrência predatória de produtos estrangeiros. Ampliar e reforçar os entrepostos da APEX no exterior e a Marca Brasil.

- Expandir as linhas de crédito do PROEX e do BNDES e o seguro às exportações, incentivando o crescimento da participação dos produtos de maior valor agregado nas exportações e a internacionalização de empresas brasileiras.
- Impulsionar a desdolarização do comércio com os países da América Latina e estimular a ampliação do mecanismo de Convênios de Crédito Recíproco (CCR) e outros instrumentos que permitam o intercâmbio comercial em moedas nacionais.



Educação de qualidade

- Ampliar, com estados e municípios, o acesso à educação básica, por meio da universalização do ensino fundamental de 9 anos; do atendimento à educação infantil; da continuidade à reestruturação do ensino médio e do ensino noturno, da ampliação significativa do ensino técnico e tecnológico e da continuidade das mudanças para a educação no campo.
- Expandir progressivamente o atendimento integral à criança e ao jovem, por meio da articulação entre a União, estados, municípios e comunidade, integrando políticas, programas e equipamentos, que façam da escola um pólo educacional, cultural, de esporte e lazer.

- Instituir Piso Salarial Profissional, a partir da aprovação do FUNDEB, e redefinir a docência por meio de diretrizes de carreira, que contribuam para a ampliação da jornada do professor na mesma escola e para o trabalho integrado e coletivo nos espaços educacionais.
- Estruturar a Rede Nacional de Formação de Educadores para a capacitação inicial e continuada. Ampliar, para tanto, a Universidade Aberta do Brasil, fruto da cooperação entre União, estados, municípios e universidades federais.
- Fortalecer o caráter inclusivo e não-discriminatório da educação, aumentando investimentos na educação especial e indígena e na valorização da diversidade étnico-racial e de gênero.
- Aprofundar a ampliação do ensino superior de qualidade: continuidade do PROUNI, criação de novas universidades e de mais vagas nas Universidades Federais existentes; aprovação da Reforma Universitária, desenvolvimento de Plano Nacional de Pós-Graduação e do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES).
- Dar prosseguimento à alfabetização de jovens e adultos, garantindo a continuidade do processo de escolarização, inclusive profissional.
- Implantar o FUNDEB e sub-vincular os recursos para as universidades federais, como parte do esforço nacional para ampliação dos recursos da educação em relação ao PIB brasileiro.
- Democratizar a Gestão Educacional, in-

centivando a reorganização e o aperfeiçoamento dos conselhos escolares e dos conselhos de cada um dos sistemas. Instituir o Fórum Nacional de Educação e convocar a I Conferência Nacional de Educação para avaliação das determinações da LDB, das metas do Plano Nacional e para aperfeiçoar o regime de cooperação entre as esferas de governo.

Ciência e tecnologia

- Prosseguir no incentivo à inovação tecnológica da indústria e do setor de serviços, em conjunto com um vigoroso suporte ao pequeno e médio empreendedor, às incubadoras e parques tecnológicos e com o fortalecimento e expansão do sistema nacional de C&T.
- Continuar a articular a estratégia nacional de C,T&I e a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, com ênfase nos setores difusores de tecnologia, tais como software, semicondutores, fármacos, medicamentos e bens de capital, assim como em áreas estratégicas como nanotecnologia, biotecnologia e biomassa.
- Seguir na interlocução permanente com a comunidade científica e tecnológica e com outros setores sociais, de forma articulada com as unidades federativas e suas respectivas políticas.
- Articular a C&T como importante instrumento para revolucionar a qualidade da educação em todos os níveis, promovendo iniciativas conjuntas do MEC, MCT e ins-

tituições científicas, como a Olimpíada da Matemática.

- Utilizar a tecnologia da informação como elemento estratégico, tanto para a ampliação das ações de inclusão digital para a modernização da gestão do Estado, a melhoria da qualidade do gasto público e o controle social democrático.

Cultura

- Avançar na consolidação do Sistema Nacional de Cultura, com pactos progressivos com estados e municípios, fortalecendo o Plano Nacional de Cultura, integrando políticas de financiamento e estimulando práticas participativas na gestão cultural.
- Criar e implementar mecanismos de financiamento para estabelecer o Ticket Cultural, como forma democrática de acesso da população aos bens e serviços culturais.
- Acelerar o processo de revisão do Fundo Nacional de Cultura e das demais leis de incentivo, preservando o caráter republicano, a transparência e o controle público sobre esses instrumentos de financiamento à produção cultural.
- Articular as ações governamentais em educação, cultura e comunicação, reconhecendo e apoiando a diversidade cultural do país.

Comunicação

- Construir um novo modelo institucional para as comunicações, com caráter demo-



cratizante e voltado ao processo de convergência tecnológica.

- Incentivar a criação de sistemas democráticos de comunicação, favorecendo a democratização da produção, da circulação e do acesso aos conteúdos pela população.
- Fortalecer a radiodifusão pública e comunitária, a inclusão digital, as produções regional e independente e a competição no setor.

Trabalho e emprego

- Gerar mais e melhores empregos, por meio da expansão do investimento público e do estímulo ao investimento privado nos setores com maior potencial de criação de novos postos de trabalho.
- Definir uma política de recuperação do poder de compra do salário mínimo, por meio de comissão quadripartite, formada por governo, empresários, trabalhadores e aposentados.
- Incrementar o crédito e o fomento aos micro-empresendimentos, às cooperativas, às associações de pequenos produtores e a outras práticas de economia solidária.
- Dar continuidade à democratização das relações de trabalho, com a aprovação da Reforma Sindical e encaminhamento do debate sobre a atualização da legislação trabalhista, com garantia dos direitos fundamentais dos trabalhadores.
- Manter a prioridade no combate ao trabalho escravo e infantil, na perspectiva de sua erradicação.

- Ampliar as oportunidades de inserção de jovens, mulheres e trabalhadores com mais de 40 anos no mercado de trabalho.
- Combater todo tipo de precarização e discriminação no trabalho, sobretudo as de gênero, raça, geração e deficiência.

Brasil potência energética

- Consolidar o novo modelo do setor elétrico, mantendo os investimentos na expansão da geração e transmissão de energia elétrica.
- Licitar e dar início à construção das hidrelétricas do Rio Madeira e Belo Monte, com respeito às normas ambientais.
- Prosseguir na extensão das linhas de transmissão, que interligam o país, evitando apagões.
- Dar continuidade ao fomento do grande potencial brasileiro de fontes alternativas. No Nordeste, a energia eólica dará complemento à hidráulica. No Sul e Sudeste a alternativa prioritária será a da biomassa.
- Completar o Programa Luz para Todos, garantindo à totalidade dos brasileiros o acesso à eletricidade.
- Manter investimento crescente na prospecção, exploração e produção de petróleo, garantindo a manutenção e ampliação da auto-suficiência. Iniciar a construção da Refinaria Abreu e Lima (Petrobrás/PD-VSA) em Pernambuco.
- Priorizar a criação de novas oportunidades na exploração e produção de gás natural, visando a independência no curto prazo

dessa fonte energética, ajustando a produção às necessidades nacionais, por meio da gestão planejada dos recursos gasíferos.

- Continuar os investimentos na expansão da malha de gasodutos, com especial ênfase na conclusão do Gasoduto Coari Manaus e Gasene (em parceria com a China).
- Consolidar os pólos de biocombustíveis – etanol, biodiesel e H-Bio, incentivando a formação de cadeias produtivas, que reunirão a agricultura familiar e comercial, o setor de máquinas e equipamentos para refinarias, além do desenvolvimento de pesquisa em sementes, cultivos e novas gerações de biocombustíveis e derivados. Incentivar a exportação da tecnologia de biocombustíveis para América Latina e África.
- Criar mecanismos de regulação da oferta interna de álcool (estoques reguladores, mercado futuro de commodities, etc.) e implantar logística de exportação de combustíveis, consolidando o álcool como uma commodity.
- Introduzir novos mecanismos de apoio à produção de biodiesel, de forma a ampliar o percentual de mistura em uso no Brasil.
- Consolidar os programas de aumento da eficiência energética, fomentando a adoção de tecnologias mais eficientes nos carros, motores, eletrodomésticos etc. Criar estímulos à repotenciação de antigos empreendimentos hidrelétricos e instituir programas de conscientização, capacitação e acesso à informação dos benefícios

ambientais, sociais e econômicos relativos às medidas do uso eficiente de energia.

Política mineral

- Dar continuidade ao fortalecimento e modernização da gestão do Estado sobre os recursos minerais e aos levantamentos geológicos e aero-geofísicos para a descoberta de novas jazidas nas áreas com grande potencial, criando vantagens comparativas para a atração de investimentos nacionais e internacionais.
- Dar maior competitividade à indústria mineral, através de programas de apoio financeiro-tecnológico para a verticalização e agregação de valor à produção mineral, a organização e formalização da atividade extrativa mineral, a estabilidade jurídica das concessões governamentais, minimizando os impactos ambientais no setor.

Infra-estrutura de transporte

- Consolidar a retomada do planejamento estratégico de longo prazo, vinculado à integração regional, nacional e sul-americana, associado ao combate às desigualdades regionais e sociais e ao equilíbrio ambiental.
- Expandir a infra-estrutura rodoviária: continuidade da duplicação da BR-101 Sul, BR-101 Nordeste (com ampliação do trecho em direção à Bahia), construção da BR-163, no Pará, da BR-158 no Mato Grosso, da BR-364, no Acre, duplicação



da BR-153 em GO/MG e da BR-040 Minas Gerais. Concluir obras de recuperação e ampliação de outros eixos estruturais de escoamento de carga e passageiros como as BR-153/010 (Belém-Brasília), BR-163 no MT/MS, BR-116 BA/MG/RS e BR-392 RS, além da construção do Arco Rodoviário do Rio de Janeiro.

- Expandir a infra-estrutura ferroviária: continuidade da ferrovia Norte-Sul em direção a Palmas-TO, no tramo norte e de Porangatu-GO, no tramo sul, da Transnordestina, dos contornos e outras obras para aumentar a capacidade da ferrovia no Recôncavo Baiano e da recuperação da ligação ferroviária Recife-Salvador, além do início de obras do Ferroanel de São Paulo e da variante Guarapuava-Ipiranga no Paraná.
- Expandir a infra-estrutura portuária: continuidade das obras dos principais portos brasileiros, responsáveis pela maior movimentação de carga do país, dando-lhes maior capacidade, segurança e eficiência.
- Expandir a infra-estrutura aeroportuária: continuidade das obras de ampliação dos principais aeroportos brasileiros, dando-lhes maior capacidade, segurança e eficiência no que se refere ao transporte de cargas e passageiros, especialmente no suporte ao turismo.
- Reestruturar o DNIT e reorientar sua atuação, garantindo uma gestão profissionalizada e equilibrada no que se refere à sua intervenção nos sistemas rodoviário, ferroviário, portuário e hidroviário.

- Desenvolver e implementar um novo modelo de gestão, com controle social e avaliação de desempenho na área portuária e nas hidrovias.
- Unificar o trabalho das agências reguladoras de transporte, eliminando os conflitos de atribuições.

Desenvolvimento regional

- Prosseguir na implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, dinamizando as economias regionais, fortalecendo a base social e respeitando a diversidade regional.
- Continuar reconhecendo a existência de regiões menos dinâmicas e com precárias condições sociais em todas as macro-regiões do país, sem deixar de atuar nas áreas com padrão macro-regional de desigualdade (Nordeste e Amazônia), considerando os desafios especiais, como o Semi-Árido.
- Aprovar o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, garantindo maior financiamento das políticas de desenvolvimento regional.
- Prosseguir na aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Desenvolvimento, garantindo a seleção dos melhores investimentos para aumentar a competitividade das economias locais.
- Aprovar projeto de lei em tramitação no Congresso de recriação da SUDENE e SUDAM, restaurando a capacidade de planejamento e articulação regional.
- Aperfeiçoar e acelerar a implantação do

Plano Amazônia Sustentável, do Plano de Desenvolvimento Sustentável para a área de influência da rodovia BR-163, do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste e do Projeto São Francisco (Revitalização do Rio São Francisco e Interligação de Bacias).

- Continuar a implantação de obras de infra-estrutura estratégicas para sustentar o desenvolvimento regional, como as obras nas rodovias BR-163 PA/MT, da BR-101 no Nordeste, da BR-116 e BR-324 na Bahia, da Ferrovia Transnordestina, da construção de gasodutos (Coari-Manaus, Gasene e Malha Nordeste).

Cidades:

reforma e desenvolvimento urbano

- Dar continuidade a investimentos que garantam acesso à moradia digna e aos serviços urbanos essenciais, em especial de saneamento básico e transporte público, priorizando a inclusão sócio-espacial dos assentamentos informais, especialmente das favelas nas regiões metropolitanas.
- Implementar o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), por meio de pactos entre as três esferas de governo e os agentes sociais e privados.
- Aprovar o marco regulatório para o setor de saneamento, em tramitação no Congresso Nacional.
- Ampliar o Programa Nacional de Apoio à Regularização Fundiária, concedendo títulos para a população de baixa renda

moradora de áreas irregulares.

- Ampliar e consolidar as ações de apoio aos estados, municípios e demais agentes públicos, aumentando a capacidade de planejamento e implementação descentralizada de políticas de desenvolvimento urbano.
- Desenvolver programa de apoio à estruturação de novas formas de gestão regional compartilhada, focalizadas nas áreas de transporte público, abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo das águas pluviais e dos resíduos sólidos.

Regiões metropolitanas

- Reforçar a cooperação entre os governos federal, estaduais, municipais e sociedade civil, para formular e implementar o Programa Nacional de Regiões Metropolitanas, incluindo ações de segurança cidadã, de desenvolvimento social e de trabalho e renda.
- Fomentar e incentivar o aprimoramento de entidades de gestão metropolitana, buscando implementar uma agenda de melhoria do transporte público, do abastecimento de água, do esgotamento sanitário, do manejo das águas pluviais e dos resíduos sólidos, do aperfeiçoamento do uso do solo e controle urbanístico, do desenvolvimento econômico metropolitano equilibrado e sustentável.

Meio ambiente

- Criar e consolidar Unidades de Conserva-



ção em ambientes terrestres e marinhos e incentivar a restauração de áreas de preservação.

- Consolidar as políticas de gestão de florestas e por biomas, o Plano Nacional de Recursos Hídricos e o combate à desertificação.
- Reduzir a taxa de desmatamento anual da Amazônia e demais biomas a níveis médios inferiores aos do período 2003-2006.
- Incentivar o uso de tecnologias limpas, por meio de financiamento e desoneração da aquisição de equipamentos, que contribuam para a redução da poluição.
- Dar continuidade à adequação ambiental das políticas de desenvolvimento e de projetos de infra-estrutura.
- Regulamentar por lei o acesso a recursos genéticos e ao conhecimento tradicional associado.
- Avançar com a política de uso sustentável e valoração da biodiversidade e dos serviços ambientais.
- Estabelecer em lei a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- Expandir as ações de educação ambiental, promovendo campanhas de consumo sustentável e economia de energia.

Turismo

- Prosseguir na estratégia de aumentar e diversificar os produtos turísticos de qualidade, contemplando e respeitando a diversidade cultural, os recursos naturais e as diferenças regionais do país.

- Consolidar a imagem de um país moderno, diversificado, hospitaleiro e competitivo internacionalmente, valorizando a Marca Brasil e buscando aumentar a inserção do país no mercado turístico internacional.

Aquicultura e pesca

- Dar continuidade às ações e programas que visam reorganizar a cadeia produtiva da aquicultura e pesca, para fazer do Brasil um dos maiores produtores mundiais de pescado.
- Aprofundar o processo de inclusão social e econômica dos pescadores artesanais, especialmente as ações de assistência técnica, crédito, subvenção ao óleo diesel, comercialização e direitos sociais.

Brasil sem violência

- Intensificar a repressão ao crime organizado, a vigilância das fronteiras para impedir o tráfico de drogas e armas e combater a lavagem de dinheiro, integrando mecanismos investigativos, ampliando as bases de dados, reforçando a cooperação internacional.
- Consolidar o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), para agilizar os fluxos informativos entre instituições e melhor combater a criminalidade.
- Ampliar o papel de indutor de princípios e práticas policiais do Fundo Nacional de Segurança Pública, complementar na sustentação financeira das políticas esta-

duais e locais de segurança.

- Ampliar o efetivo da Polícia Federal, mantendo sua independência e fortalecendo sua atuação no controle de fronteiras.
- Expandir a Força Nacional de Segurança Pública.
- Integrar as instituições do Sistema de Justiça Criminal e Segurança, articulando prevenção e repressão e fortalecendo os sistemas de inteligência e informação.
- Continuar o processo de integração dos Sistemas de Informações Criminais, com a ampliação do Sistema Nacional de Inteligência e de Informação em todos os níveis.
- Desenvolver Rede Nacional de Educação em Segurança Pública Cidadã, com a formação integrada dos profissionais.
- Consolidar o Sistema Penitenciário Federal, concluindo os presídios de segurança máxima. Isolar as lideranças do crime organizado nas penitenciárias federais. Investir na formação de agentes penitenciários federais.
- Fomentar o tratamento diferenciado aos presos conforme a gravidade dos delitos, reforçando programas de ressocialização com ênfase no trabalho e ensino dos presos, além das políticas de atendimento aos egressos do sistema.
- Incentivar a aplicação de penas alternativas, de programas de justiça comunitária e de justiça restaurativa.
- Valorizar espaços de participação da população, como ouvidorias e conselhos.

Reforma do estado

- **Combate à Corrupção e Transparência**
- Continuar a fortalecer os órgãos de controle e investigação do Poder Executivo (Controladoria Geral da União e Polícia Federal) e a articulação com o Ministério Público, Tribunal de Contas e o Judiciário.
- Aperfeiçoar os mecanismos de investigação, detecção e punição do enriquecimento ilícito e de lavagem de dinheiro.
- Priorizar reformas da legislação penal e processual penal, a fim de combater a impunidade, garantindo a aplicação de sanções justas, proporcionais e eficazes.
- Promover a análise sistemática da evolução patrimonial de agentes públicos.
- Aperfeiçoar os mecanismos de fiscalização da execução e da prestação de contas de recursos públicos transferidos, para evitar malversação e assegurar que alcancem os públicos-alvo e os objetivos estabelecidos nos convênios.
- Ampliar a transparência, o controle e a eficiência das compras governamentais, promovendo o monitoramento sistemático de certames licitatórios, buscando identificar padrões de comportamento de empresas participantes e desvios-padrão nos preços de aquisição de bens e serviços.
- Priorizar ações de prevenção à corrupção, especialmente quanto ao permanente incremento da transparência pública e do controle social.
- Fortalecer o Sistema de Ouvidorias e o Portal da Transparência.

Gestão

- Fortalecimento do pacto federativo, dando continuidade a ações conjuntas com estados e municípios, para enfrentar os principais temas da agenda nacional.
- Melhorar a prestação direta e remota de serviços aos cidadãos, simplificando procedimentos, capacitando servidores e ampliando a base tecnológica, inclusive com a utilização do software livre.
- Introduzir a dimensão territorial no Planejamento e na implementação das políticas públicas.
- Desenvolver processo consistente de melhoria da qualidade do gasto público, combatendo o desperdício e a ineficácia.
- Fortalecer a função pública, visando o desenvolvimento e a retenção de competências dentro da máquina pública, a responsabilização de dirigentes e servidores por resultados e a implantação de um sistema de mérito.
- Aprofundar o modelo de negociação coletiva, fortalecendo a Mesa Permanente de negociação com o funcionalismo.

Participação Democrática

- Manter o diálogo responsável e qualificado com todos os segmentos da sociedade, buscando a construção de consensos e atuando de forma democrática no equacionamento de conflitos.
- Ampliar e aprofundar a experiência dos fóruns públicos de discussão do Plano Plu-

riannual, desenvolvendo iniciativas de estabelecer novos padrões de transparência, debate público e controle da execução do Orçamento da União.

- Dar continuidade à realização sistemática de conferências nacionais setoriais, que contribuam de modo decisivo para o estabelecimento das agendas e prioridades das políticas públicas.
- Fortalecer o funcionamento dos conselhos nacionais de políticas públicas como espaço privilegiado de elaboração e avaliação.
- Institucionalizar os espaços de participação no âmbito da Administração Pública, com o aperfeiçoamento do acompanhamento, avaliação e publicização dos seus resultados.
- Consolidar o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social como canal de diálogo permanente entre o governo e a sociedade brasileira, aprofundando o debate sobre a agenda de desenvolvimento nacional.

Previdência

- Manter a prioridade ao combate às fraudes e pagamentos indevidos. O censo previdenciário será concluído e institucionalizado, mantendo uma base de dados confiável, estendendo essa ação aos trabalhadores rurais em regime de economia familiar.
- Avançar na melhoria do atendimento aos segurados, intensificando a utilização de canais remotos, visando acabar

com as filas e ampliar o acesso aos benefícios e serviços da Previdência Social.

- Finalizar a criação da Super Receita, que unificará todo corpo de fiscalização, simplificando procedimentos, resultando em economia de tempo e precisão nas informações para o contribuinte, tornando mais eficiente o combate à evasão fiscal e reduzindo custos operacionais.
- Continuar a ampliação do acesso dos trabalhadores ao sistema previdenciário, por meio de iniciativas de redução da informalidade, inclusive com a aprovação de projeto de lei em tramitação no Congresso, que reduz as alíquotas de contribuição para contribuintes individuais.
- Regulamentar a previdência complementar de servidores públicos, instituída pela Reforma Previdenciária de 2003.

Justiça

- Dar continuidade à Reforma do Judiciário, aprovando alterações na legislação processual civil, penal e trabalhista.
- Aprofundar a reforma processual do Judiciário, criando um novo marco para as atividades da Justiça, acelerando a finalização de processos e garantindo o cumprimento rápido das sentenças.
- Estimular a reforma administrativa para desburocratizar as atividades do Poder Judiciário, do Ministério Público, das Defensorias, Procuradorias e outros se-

tores do sistema judicial.

- Consolidar o acesso à Justiça, através da ampliação e do fortalecimento das defensorias públicas.
- Incentivar a aplicação de soluções alternativas de conflitos, como a mediação e a conciliação, e práticas que aproximem a atividade de superação de litígios das comunidades e da população, como a justiça comunitária, a justiça restaurativa, e outras experiências.
- Estabelecer, junto com o Poder Judiciário, plano de metas para a expansão dos Juizados Especiais, órgãos eficazes e democráticos para a solução de conflitos de pouca complexidade.

Direitos humanos

- Aprofundar a transversalidade da política de direitos humanos nas diversas políticas setoriais, para promoção e garantia dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais.
- Avançar na implementação, em articulação com as três esferas de governo e sociedade civil, das metas pactuadas nos Principais Planos, Comitês e Comissões Nacionais relativas aos direitos humanos.
- Prosseguir com os trabalhos sobre Direito à Verdade e à Memória e reparação oficial do Estado brasileiro aos mortos e desaparecidos políticos no Brasil, articulando a troca de experiências e de informações em nível regional (MER-



COSUL) e internacional.

- Ampliar a política de acesso à justiça, como exemplo do programa Balcões de Direitos, beneficiando comunidades remanescentes de quilombos, indígenas, assentamentos rurais, municípios de aliciamento de mão-de-obra escrava e periferias de grandes cidades.
- Manter atuação destacada do Brasil nos sistemas das Nações Unidas e Interamericano de Direitos Humanos, fortalecendo o espaço de articulação no MERCOSUL.
- Reforçar a atuação do Brasil quanto ao tema da adoção internacional de crianças.
- Prosseguir e ampliar as políticas de apoio aos brasileiros no exterior.

Defesa

- Concluir o processo de institucionalização do Ministério da Defesa.
- Acelerar o processo de reaparelhamento das Forças Armadas, com atenção especial aos programas estratégicos.
- Reconstruir a indústria bélica nacional, de forma articulada com os países da América do Sul.
- Dar continuidade às ações de vigilância e proteção do território nacional, sobretudo de regiões de fronteira, por meio de instrumentos como o SIVAM-SIPAM e outros mecanismos de controle do crime organizado e de grupos que atentam contra a integridade do território nacional.

- Acentuar a cooperação internacional em missões de paz e de intervenção no enfrentamento de catástrofes e de graves crises.

Saúde

- Fortalecer a gestão do SUS, pública e democrática, com controle social, como instrumento de identificação das necessidades da população, atendimento ao interesse público e combate à corrupção.
- Organizar as ações e serviços em rede nacional única e integrada de atenção à saúde.
- Universalizar o cartão SUS, que se constituirá no carro chefe da informatização do acesso e dos atendimentos.
- Assegurar a universalização do acesso às ações e serviços de atenção básica, por meio das equipes de saúde da família e das unidades básicas de saúde.
- Criar os Centros de Atendimentos Especializados de média complexidade, para assegurar o tratamento completo dos usuários do SUS. Estes Centros poderão realizar consultas especializadas, exames, serviços de reabilitação com fornecimento de órteses e próteses, pequenas urgências e cirurgias eletivas que não necessitam de hospitais ou pronto-socorros e distribuição de medicamentos excepcionais.
- Manter a prioridade ao Programa Brasil Sorridente, ampliando a rede de Centros de Especialidades Odontológicas do país.
- Criar o TELESÁUDE, permitindo que equipes de saúde de qualquer parte do

- país falem com centros de especialidades do SUS e dos Hospitais Universitários para discutir casos clínicos e demais procedimentos, aumentando a eficiência na gestão, evitando o transporte de pacientes e eliminando gastos desnecessários.
- Apoiar estados e municípios na criação das Centrais de Regulação, garantindo o acesso dos cidadãos, de forma mais rápida e humanizada, à rede hierarquizada de atenção integral à saúde.
 - Ampliar o Sistema de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, estendendo, com o apoio das Forças Armadas, o atendimento em regiões de difícil acesso.
 - Dar continuidade à implantação da Política Nacional de Assistência Farmacêutica, considerando os princípios de universalidade e da integralidade, priorizando o acesso aos medicamentos de alto custo. Ampliar a rede pública e conveniada do Programa Farmácia Popular do Brasil, com aumento do elenco de medicamentos, priorizando os de maior impacto nos custos e nos indicadores epidemiológicos.
 - Fortalecer e ampliar as ações preventivas das doenças sexualmente transmissíveis e do HIV, ampliando o acesso aos preservativos e às ações educativas. Garantir o acesso aos anti-retrovirais, fortalecendo a capacidade nacional de produção desses medicamentos.
 - Continuar as ações de modernização e ampliação da capacidade instalada e de produção dos Laboratórios Farmacêuticos Oficiais, para o suprimento do SUS.

- Fomentar a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico e industrial sustentável, para a auto-suficiência na produção de matéria prima, de hemoderivados, vacinas, medicamentos e equipamentos, e a melhoria de diagnósticos e tratamentos para a redução de agravos.

Desenvolvimento social

- Manter o Programa Bolsa-Família, primeira frente de combate à fome, pobreza e de enfrentamento à desigualdade social, no patamar já alcançado, especialmente quanto ao poder aquisitivo dos benefícios transferidos.
- Expandir a rede de serviços básicos para os beneficiários do Bolsa Família, em especial no campo do trabalho e da renda, através de programa interministerial que promova a auto-suficiência das famílias atendidas.
- Conferir ao Cadastro Único o papel de orientador na priorização da oferta de ações governamentais na saúde, educação, trabalho e renda, habitação, segurança alimentar e assistência social.
- Aprimorar os compromissos entre os entes federativos, visando consolidar o acesso efetivo das famílias a serviços que garantam a sua sustentabilidade básica.
- Consolidar o SUAS – Sistema Único de Assistência Social, expandindo territorialmente a presença do Estado junto às famílias em situação vulnerável, por meio da rede de Centros de Referência

de Assistência Social (CRAS), articulada aos outros sistemas públicos.

- Expandir a rede de serviços sócio-assistenciais para enfrentar vulnerabilidades e reduzir os riscos inerentes ao ciclo de vida, em especial de crianças, adolescentes, jovens, idosos e pessoas com deficiência.

Segurança Alimentar

- O Fome Zero continuará avançando, aprimorando o Bolsa Família e as demais iniciativas que ampliam o acesso dos mais pobres à alimentação, como os programas de alimentação escolar, aquisição de alimentos, restaurantes populares, entre outros. O Fome Zero continuará articulando ações estruturantes, como a reforma agrária, a agricultura familiar, os programas de geração de emprego e renda e de educação alimentar.
- Implantar o SISAN (Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional), democratizando o acesso à produção, à comercialização e ao consumo alimentar para as famílias brasileiras, propiciando maior acesso a alimentos diversificados e baratos.
- Implantar uma Política Nacional de Abastecimento, que atue sobre as condições de produção e acesso a alimentos.

Mulheres

- Desenvolver ações afirmativas que permitam incluir as mulheres no processo de desenvolvimento do país, por meio da pro-

moção da sua autonomia econômica e de iniciativas produtivas que eliminem as diferenças salariais entre homens e mulheres.

- Prevenir a violência sexual e doméstica, fortalecendo a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, com ações que articulem prevenção e apoio às vítimas, em parceria com os estados e municípios.
- Implementar a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, nos marcos do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), contemplando as especificidades de raça/etnia, orientação sexual, idade e local de trabalho (rural ou urbano).
- Formular propostas de mudanças na legislação, para fiscalizar o cumprimento das leis que assegurem e ampliem os direitos da mulher.
- Incentivar a participação das mulheres nos espaços de poder na sociedade e nas decisões das políticas públicas.

Igualdade Racial

- Articular as diversas políticas setoriais para promover ações afirmativas geradoras de igualdade racial, com destaque para a inclusão educacional, garantindo acesso e a permanência da criança negra na escola até a universidade.
- Acelerar a implementação do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial.
- Prosseguir garantindo reserva de bolsas do PROUNI para assegurar o acesso a estudantes das escolas públicas, em espe-

cial afrodescendentes e os indígenas.

- Garantir a aplicação da lei que determina o ensino da História da África nos níveis fundamental e médio, nas redes pública e privada.
- Promover ações combinadas entre as políticas de educação, cultura e geração de emprego e renda, visando incidir mais diretamente na qualidade de vida e no combate à violência racial.
- Acelerar as iniciativas do Programa Brasil Quilombola, de atendimento às demandas históricas e sociais dessas comunidades, em especial a de regularização fundiária.

Povos Indígenas

- Implementar o Conselho Nacional de Política Indigenista, com a função de propor diretrizes, instrumentos, normas e prioridades da política indigenista, garantindo ampla participação dos órgãos governamentais setoriais, organizações indígenas e não-indígenas.
- Concentrar esforços para avançar na regularização das terras indígenas, estabelecendo programas articulados de etno-desenvolvimento, em harmonia com os projetos de futuro de cada povo indígena.
- Assegurar o acesso de estudantes indígenas ao ensino superior, por meio do PROUNI e outros programas de permanência nas universidades públicas.

Infância e Adolescência

- Consolidar o Plano Nacional de Garantias e Proteção de Direitos para a Infância e

a Adolescência, fortalecendo as políticas e programas existentes e potencializando seu caráter transversal.

- Universalizar os instrumentos de defesa de crianças e adolescentes em todos os municípios brasileiros, com padrões de ação adequados e qualificados.
- Manter as prioridades de combate ao trabalho infantil e abuso e exploração sexual infanto-juvenil, garantindo a atenção integral das políticas setoriais.
- Efetivar o funcionamento de um sistema de informações, criando o Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente Brasileiros.

Política para a pessoa idosa

- Promover a inserção, a qualidade de vida e a prevenção de agravos na vida dos idosos, por meio de programas que fortaleçam o convívio familiar e comunitário, garantindo-se o acesso a serviços, ao lazer, à cultura e à atividade física, de acordo com sua capacidade funcional.
- Desenvolver a formação de pessoal especializado na atenção ao idoso.
- Desenvolver política de humanização do atendimento ao idoso, principalmente em instituições de longa permanência.
- Garantir o atendimento integral do idoso, valendo-se, dentre outros serviços, do Programa de Saúde da Família.

Pessoas com deficiência

- Articular as três esferas de governo e



sociedade civil para o cumprimento da legislação de acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, elaborando as regulamentações complementares.

- Dar continuidade ao Programa de Educação Inclusiva.
- Consolidar a Atenção Integral à Saúde das Pessoas com Deficiência, prevenindo e executando intervenções básicas de reabilitação.
- Promover o reordenamento dos serviços previstos no Sistema Único de Assistência Social, garantindo o acesso das pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade.

Cidadania GLBT

- Desenvolver e aprofundar as ações de combate à discriminação e promoção da cidadania GLBT (gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais), nos marcos do programa Brasil sem Homofobia, que será ampliado e fortalecido.
- Desenvolver políticas afirmativas e de promoção de uma cultura de respeito à diversidade sexual, favorecendo a visibilidade e o reconhecimento social.
- Incentivar a participação, realizando a I Conferência Nacional de Políticas para os GLBT.

Juventude

- Fortalecer a Secretaria Nacional de Juven-

tude, implementando o Sistema Nacional de Políticas para a Juventude.

- Ampliar e consolidar as políticas de juventude, articulando e integrando as ações.
- Fortalecer o PROUNI e os programas de escolarização e profissionalização dos jovens no ensino médio.
- Ampliar o enfoque juvenil no atendimento do Sistema Único de Saúde.
- Ampliar, em parceria com estados e municípios, a rede de Pontos de Cultura e Casa Brasil em localidades desprovidas de equipamentos públicos de cultura e inclusão digital. Essa parceria deverá estender-se aos equipamentos de esporte e lazer.

Esporte

- Implementar o Sistema Nacional de Esporte e Lazer.
- Consolidar e ampliar iniciativas de inclusão social, como os programas Segundo Tempo e Esporte e Lazer da Cidade.
- Articular programas de esporte e lazer com iniciativas de promoção da saúde, promovendo parcerias com estados e municípios.
- Apoiar, no Congresso Nacional, a aprovação da Lei de Incentivo ao Esporte.
- Manter o apoio à realização de grandes eventos esportivos nacionais e internacionais, com destaque para os Jogos Panamericanos e Para-Panamericanos de 2007, além de postular o direito de sediar a Copa do Mundo de Futebol 2014.

Comissão de Programa de Governo

Marco Aurélio Garcia (coordenador)

Dilermando Toni

Glauber Piva

Juarez Guimarães

Miriam Belchior

Renato Rabello

Valter Pomar

Equipe de Trabalho

Bruno Gaspar e Cilene Antonioli

Coordenação de Campanha

Ricardo Berzoini (coordenador)

Gléber Naime

João Felício

Joquim Soriano

Marco Aurélio Garcia

Paulo Ferreira

Renato Rabello

Romênio Pereira

Valter Pomar

Walter Sorrentino



ORDEM E